

**Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.
(Companhia aberta)**

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2014
e Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra - SA, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2. Apresentação

A Concessionária Rodovia Presidente Dutra (“CCR NovaDutra” ou “Companhia”) foi constituída em 1995 e tem por objetivo exclusivo a exploração da ViaDutra, seus respectivos acessos, execução, fiscalização e gestão dos serviços delegados, complementares e de apoio aos serviços não delegados, nos termos do “Contrato de Concessão” com a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, celebrado em decorrência do edital nº 0291/93 para a concessão da Rodovia Presidente Dutra.

A rodovia cobre o trecho de 402,2 quilômetros da ViaDutra (BR-116). A ViaDutra é considerada o principal corredor entre as duas mais importantes áreas metropolitanas do Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo. Ela também liga grandes centros industriais no Estado do Rio de Janeiro (Resende, Volta Redonda e Barra Mansa) a outros grandes centros industriais no Estado de São Paulo (São José dos Campos, Taubaté e Jacareí). A rodovia também passa por regiões agrícolas e por uma área montanhosa conhecida como a Serra das Araras. A ViaDutra é uma rodovia federal com trechos urbanos, sendo dividida de forma convencional com duas faixas em cada sentido e com acostamentos pavimentados. Em alguns trechos, o acostamento foi convertido numa terceira faixa para caminhões lentos ou como faixa de aceleração ou desaceleração. Nas áreas metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, há rotas paralelas à via expressa principal para o tráfego urbano mais lento.

A ViaDutra contém seis praças de pedágio, quatro estações de pesagem fixas e quatro bases para balanças móveis, um centro de controle operacional e onze bases de atendimento ao usuário. O prazo da concessão é de 25 anos, até 1º de março de 2021, de acordo com a outorga do governo federal, então representado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (“DNER”), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”).

A tabela seguinte contém informações resumidas relativas à nossa concessão:

Concessão	Término Do Contrato de Concessão	Do de Extensão (Km)	Número de veículos - pedagiados em 2014	de Veículos equivalentes em 2014
NovaDutra - S/A - Rodovia BR-116 entre São Paulo e Rio de Janeiro	1º de março de 2021	402,2	94.324.204	149.860.289

Fonte: CCR NovaDutra, 2014.

Quase a totalidade de nossa receita advém da cobrança de pedágios na ViaDutra. Em 2014, 97,92% da nossa receita total adveio da cobrança de pedágio e 2,08% de outras receitas. Nós cobramos pedágio manualmente e por meio de identificação automática, utilizando sistema eletrônico de pagamento. O principal fator que influencia a nossa receita operacional bruta e o número de veículos pedagiados que utilizam nossa rodovia.

O Contrato de Concessão é o instrumento pelo qual o Poder Concedente federal nos delegou a operação da ViaDutra e o direito correspondente de cobrar pedágio nessa rodovia. Todos os termos e condições relevantes da concessão estão estabelecidos no contrato de concessão, incluindo-se as tarifas de pedágio e seus reajustes, prazo e extinção da concessão e outros direitos e obrigações.

1.3. Destaques do ano de 2014

Dividendos

No dia 28 de abril de 2014, os acionistas da Companhia aprovaram, em AGE, a distribuição complementar de dividendos intermediários referentes ao saldo da Reserva de Retenção de Lucros do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, proposto pela Administração da Companhia, no valor de R\$ 12.876 distribuídos a partir de 29 de abril de 2014.

No dia 28 de outubro de 2014, os acionistas da Companhia aprovaram, em AGE, a distribuição complementar de dividendos intermediários referentes ao saldo da Reserva de Retenção de Lucros do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, proposto pela Administração da Companhia, no valor de R\$ 21.840 e relativos aos lucros apurados no período compreendido entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2014, proposto pela Administração da Companhia, no valor de R\$ 149.389 distribuídos a partir de 29 de outubro de 2014.

2. Estratégia e Gestão

2.1. Governança corporativa

Conselho de Administração

Nós somos administrados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por seis membros efetivos, dentre os quais um será eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por dois membros, um Diretor Presidente e um Diretor de Operacional.

De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração deve ser composto de seis membros efetivos. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, serão eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária, da Companhia.

Ao Conselho de Administração competirá a orientação geral dos negócios da Companhia, devendo obrigatoriamente pronunciar-se sobre as seguintes matérias:

- (i) eleger os membros da Diretoria Executiva e aprovar o Regulamento Interno da Companhia, atribuindo as respectivas funções aos cargos do organograma da Companhia;
- (ii) aprovar, previamente à sua celebração, contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum;
- (iii) aprovar a alienação e a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente de valor total individual superior a 1% do capital autorizado;
- (iv) aprovar a emissão de ações até o limite do capital autorizado;
- (v) deliberar sobre a emissão de debêntures, bônus de subscrição, e notas promissórias para colocação pública, nos termos da legislação em vigor;
- (vi) aprovar os empréstimos e/ou financiamentos a serem tomados pela Companhia, sendo vedado aqueles cujos prazos de amortização excedam o termo final do contrato de concessão;
- (vii) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados e/ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;
- (viii) escolher os auditores independentes da Companhia;
- (ix) aprovar as proposições da Diretoria Executiva para estabelecimento de: planejamento tributário; política de colocação de seguros; planejamento orçamentário e orçamento anual; política salarial e de benefícios; e propositura de ações judiciais contra o poder público federal, estadual ou municipal, inclusive autarquias, fundações e empresas estatais.
- (x) aprovar a concessão de garantias ou contra-garantias pela Companhia, ficando vedadas as garantias em favor de terceiros, inclusive acionistas.

Diretoria Executiva

Competirá à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração.

Nossos Diretores são responsáveis pelo dia-a-dia de nossa administração e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, nossa Diretoria é composta por dois membros, sendo um deles Diretor Presidente e o outro Diretor de Operacional, conforme estatuto social da Companhia.

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é o Sr. Ascendino da Silva Mendes. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Rodovia Presidente Dutra (BR 116 SP/RJ) km 184,3, Bairro Morro Grande, Santa Isabel, Estado de São Paulo e no endereço eletrônico pode ser contactado no telefone (11) 2795-2401 ou pelo e-mail cvm.novadutra@grupoccr.com.br.

Conselho Fiscal

De acordo com o nosso Estatuto social, nosso Conselho Fiscal não é permanente, devendo ser instalado, a pedido de nossos acionistas, de acordo com a Lei nº 6.404/76. Atualmente, a

Companhia não tem Conselho Fiscal instalado. Quando instalado, o Conselho Fiscal, deve ser composto de três membros efetivos e igual número de suplentes.

Para o exercício social de 2014, a Proposta da Administração, propôs a Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 15 de abril de 2014 a não aprovar a instalação do Conselho Fiscal.

Maiores informações e detalhes sobre a atuação da CCR no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados em nosso site, por meio do endereço www.ccr.com.br/investidores.

2.2. Gestão de pessoas

A CCR controladora da Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Os resultados desse conjunto de iniciativas demonstram o aumento de satisfação dos colaboradores, que, em 31 de dezembro de 2014, já somavam 11.992 pessoas, localizadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e no Equador, na Costa Rica e em Curaçao.

Atualmente a Concessionária da rodovia Presidente Dutra-SA, conta com 1.339 colaboradores, desenvolvendo atividades administrativas e operacionais ao longo dos 402 quilômetros de rodovia administrados pela Concessionária.

Nossos colaboradores estão alocados em 6 praças de pedágio, 11 bases operacionais, uma sede administrativa e 3 escritórios de apoio.

O nosso vínculo sindical é com o Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias no Ramo de Rodovias e Estradas em Geral do Estado de São Paulo.

Não houve greve e nenhuma paralisação das atividades nos últimos anos. Não há atualmente nenhuma reivindicação trabalhista relevante pendente contra nós, no tocante às relações com o sindicato. O reajuste salarial para o exercício 2013/2014 foi de 5,0% (cinco por cento). O salário normativo da categoria é de R\$ 900,00 (novecentos reais).

Conferimos aos nossos colaboradores, nos termos de nossa política de benefícios, plano de previdência privada pela CCR Prev., administrado pelo Unibanco AIG Previdência e outros benefícios sociais como programas de auxílio e ou suplementares ao bem estar social desses e de seus dependentes legais. Esses programas estão em conformidade com as práticas de mercado, exigências legais e acordos coletivos.

Não há planos de opção de compra de ações internamente.

Os programas da CCR NovaDutra relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho, tais como: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO e Programas de Prevenção de Riscos Ambientais PPRA, estão em conformidade com a legislação.

Durante o ano de 2014 a CCR NovaDutra realizou 19 treinamentos e capacitações internas para os seus colaboradores, atingindo um público de aproximadamente 963 participantes, os principais assuntos abordados foram segurança do trabalho, liderança, sustentabilidade e capacitações internas, abaixo destacamos os principais treinamentos realizados.

3. Desempenho Econômico-Financeiro

3.1. Mercado

Nossas operações estão localizadas no Brasil e, portanto, as condições econômicas e políticas brasileiras podem afetar adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Além disso, nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados por outros fatores econômicos, tais como:

- Aumento na taxa de inflação, IGP-M e IPC-A;
- CDI, relativo a empréstimos locais em Reais e a emissão de Debêntures;
- Políticas e variações cambiais;
- Ausência de crescimento econômico interno;
- Instabilidade social;
- Diminuição de liquidez dos mercados domésticos de capital e de empréstimo;
- Política monetária;
- Aumento nas taxas de juros;
- Instabilidade de preços, especialmente preço de combustíveis;
- Controles sobre importação e exportação;
- Política fiscal e alterações na legislação tributária; e
- Outras questões políticas, diplomáticas, sociais e econômicas no Brasil ou que afetem o Brasil.

Ademais, temos os seguintes pontos de atenção, como risco de crédito, isto é, decorrente da possibilidade da Companhia, sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, bem como o risco de estrutura de capital (ou risco financeiro), decorrente da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia fizer para financiar suas operações.

3.2 Desempenho Concessionária da Rodovia Presidente Dutra-SA

Principais Destaques

- A Receita líquida operacional alcançou R\$ 1.287.233 milhões (+5,44%);
- O Lucro líquido atingiu R\$ 213,3 milhões (-5,77%);
- O EBITDA atingiu R\$ 653,5 milhões (+3,41%);
- O EBIT atingiu R\$ 472.084 (-0,86%).

Em R\$ mil	2014	2013	Var. %
Receita líquida	1.287.233	1.220.833	5,44%
Receita de pedágio	1.150.439	1.113.905	3,28%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	214.413	175.962	21,85%
Outras receitas	24.410	30.063	-18,80%
(-) Deduções da receita bruta	102.029	99.097	2,96%
(-) Custos e despesas (a)	876.041	801.746	9,27%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	214.413	175.962	21,85%
Demais custos e despesas	661.628	625.784	5,73%
(-) Resultado financeiro líquido	95.486	78.134	22,21%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	103.204	114.916	-10,19%
Lucro líquido	213.344	226.400	-5,77%
(+) Resultado financeiro líquido	95.486	78.134	22,21%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	103.204	114.916	-10,19%
EBIT (b)	472.084	476.160	-0,86%
Margem EBIT	36,70%	39,00%	-5,90%
Margem EBIT ajustada (c)	44,00%	45,60%	-3,51%
(+) Depreciação/amortização	181.366	155.728	16,46%
EBITDA (b)	653.450	631.888	3,41%
Margem EBITDA	50,80%	51,80%	-1,93%
(+) Provisão de manutenção (d)	60.892	57.073	6,69%
(+) Receitas/Despesas não Operacionais	842	363	131,96%
EBITDA ajustado	715.184	689.324	3,75%
Margem EBITDA ajustada (f)	66,70%	66,00%	1,06%
Dívida bruta	925.981	893.459	3,64%
Investimentos	309.731	288.178	7,48%
Veículos equivalentes (em milhares)	149.860	150.935	-0,71%

- (a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas.
- (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.
- (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais.
- (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide notas explicativas 2 - Principais práticas contábeis (item “k”) e 17 - Provisão de manutenção.
- (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais.

3.2.2 Receita operacional consolidada

A receita de pedágio em 2014 totalizou R\$ 1.150.439 (+ 3,28% sobre 2013) e representou 97,92% do total da receita (sem receita de construção). O incremento das receitas de pedágio é consequência do reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2014, o qual gerou um aumento da tarifa média praticada em 2014 de 2,83%. Em contrapartida houve um decréscimo de 0,71% em relação aos veículos equivalentes pedagiados em comparação com o ano de 2013.

As receitas acessórias, provenientes da exploração de cabos e fibra óptica, aluguel de painéis publicitários e outras publicidades, totalizaram em 2014 R\$ 24.410, apresentando um decréscimo de 18,80% em relação ao ano de 2013.

3.2.3 Custos e despesas

Os custos e as despesas totais apresentaram um aumento de 9,27% em relação a 2013, perfazendo R\$ 876.041 no ano de 2014. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 214.413. O aumento de 21,85% decorreu, principalmente, do maior investimento em melhorias (upgrade) realizados dentro do trecho de concessão da CCR NovaDutra. Os valores de investimentos da CCR NovaDutra acompanham o Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. Neste ano os principais investimentos realizados foram: Marginal Sul São Paulo do km 212/SP ao km 216,5/SP, visando o aumento de capacidade do tráfego e a melhoria da fluidez no local, Trevo de Acesso da Avenida Jacu-Pessêgo no km 213,350/SP, entre outros investimentos.
- A provisão de manutenção atingiu R\$ 60.892 e apresentou um aumento de 6,69% em 2014, em relação ao ano de 2013.
- As despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 181.366 no ano de 2014. O crescimento de 16,46% decorre dos investimentos adicionais que entraram em operação.
- Os custos contratuais totalizaram o montante de R\$ 8.758 e apresentou uma diminuição de 36,01% em relação ao ano de 2013, principalmente em virtude da postergação de gastos relacionados a verba de reaparelhamento da Polícia Rodoviária Federal e da diminuição da verba de fiscalização paga para a ANTT para 10% do valor original, em contrapartida do não reajuste tarifário no ano de 2013.
- O custo de serviços totalizou R\$ 353.362, no ano de 2014, apresentando um aumento de 3,05%. Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial da rodovia, tais como: estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros. Sendo que no item custos diretos em 2014 verificou-se uma diminuição de 7.993 em relação a 2013, justificado pela postergação de custos diretos não realizados no período.
- O custo com pessoal atingiu R\$ 23.048 no ano de 2014, registrando diminuição de 4,89%. Essa diminuição deveu-se, principalmente, a redução no quadro de colaboradores no ano de 2014 em relação a 2013.

- Os outros custos (serviços públicos, alugueis, marketing, viagens, e outros) apresentaram aumento de 6,34% e atingiram R\$ 34.202 no ano de 2014, principalmente devido a aumento de provisões jurídicas em processos que a empresa sofreu condenação.

3.2.4 Resultado financeiro

No ano de 2014, o resultado financeiro negativo foi de R\$ 95.486, comparado a um resultado negativo de R\$ 78.134 em 2013. Houve aumento das receitas financeiras explicado, principalmente, pelo maior saldo de caixa, com conseqüente aumento do rendimento de aplicações financeiras.

Compensando esse efeito houve aumento nos juros e variações monetárias decorrentes do financiamento ocorridos durante o ano de 2014.

3.2.5 Lucro Líquido

Em 2014, o lucro líquido atingiu R\$ 213.344, apresentando uma diminuição de 5,77% em relação a 2013. A diminuição ocorreu, principalmente, em função do menor resultado operacional no período, em virtude principalmente dos itens descritos acima.

3.2.6 Dívida

Em 2014, a dívida bruta da alcançou R\$ 925.981 em comparação a R\$ 893.459 em 2013.

Do total da dívida, o montante 97,8% tem seu vencimento no curto prazo, e 2,2% esta relacionado a dívida de longo prazo.

O crescimento da dívida deveu-se, principalmente, às seguintes emissões: (i) 5ª Emissão de notas promissórias comerciais totalizando o montante de R\$ 410.000 em abril de 2014; (ii) 6ª Emissão de notas promissórias comerciais totalizando o montante de R\$ 180.000 em outubro de 2014; e (iii) Realização de mútuo no valor de R\$ 20.000 em dezembro de 2014.

3.2.7 Investimentos

No ano de 2014, os investimentos da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra somaram R\$ 309.731, sendo 7,48% maiores que os investimentos realizados no ano de 2013. Neste ano os principais investimentos realizados foram: Marginal Sul São Paulo do km 212/SP ao km 216,5/SP, visando o aumento de capacidade do tráfego e a melhoria da fluidez no local, Trevo de Acesso da Avenida Jacu-Pessêgo no km 213,350/ SP, entre outros investimentos citados no item 4.2.2 Capital Manufaturado, deste relatório.

3.2.8 Eventos Relevantes ao Mercado

No dia 1º de abril de 2014 a CCR – NovaDutra informou ao mercado, através de publicação no site da Comissão de valores mobiliários – CVM, fato relevante referente a 5ª Emissão de notas promissórias comerciais totalizando o montante de R\$ 410.000.

Em 14 de outubro de 2014 a CCR NovaDutra informou ao mercado, através de publicação no site da Comissão de valores mobiliários – CVM, fato relevante referente a 6ª Emissão de notas promissórias comerciais totalizando o montante de R\$ 180.000.

As publicações poderão ser consultadas através do site: <http://www.novadutra.com.br/ri>.

4. Sustentabilidade

Seguindo os princípios do desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social, a CCR *holding* da companhia se compromete a viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura.

Contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental, utilizando adequadamente os recursos naturais, atendendo às necessidades atuais do negócio sem comprometer as das gerações futuras e buscando maximizar continuamente os seus processos e alinhar sua cadeia de valor.

No intuito de manter e operar rodovias no Brasil, as administradoras de rodovias devem seguir procedimentos administrativos relativos à concessão de licenças ambientais. A construção, preparação, operação e ampliação de nossos estabelecimentos e/ou atividades que poluam ou que possam vir a poluir, bem como aquelas que, de qualquer forma, possam causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento do órgão competente. As licenças estabelecem as condições, restrições e medidas de fiscalização aplicáveis ao empreendimento, devendo ser periodicamente renovadas.

A CCR NovaDutra está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais, de acordo com os três níveis de governos: municipal, estadual e federal.

A CCR NovaDutra tem obtido as licenças e autorizações necessárias e cumprido as condições ambientais estabelecidas, quer sejam medidas de monitoramento, quer sejam medidas compensatórias e/ou mitigadoras, além de contratar uma consultoria especializada para definição dos procedimentos e política ambiental.

Citamos abaixo no capítulo 4.2 – Desempenho ambiental, algumas das principais atividades da CCR NovaDutra em 2014 relacionadas a meio ambiente e sustentabilidade.

4.1 Desempenho Social

4.1.1 Capital Social e de Relacionamento – *Stakeholders*

Atendimento

A CCR NovaDutra hoje em sua operação conta com 14 ambulâncias de resgate, 13 viaturas médicas de intervenção rápida, 4 motos de inspeção de tráfego, 16 viaturas de inspeção de tráfego, 25 guinchos leves, 8 guinchos pesados, 4 guinchos super pesados, 3 veículos de inspeções de caminhões.

Dentre os canais de relacionamento da CCR NovaDutra, citamos o Sistema de Atendimento ao Usuário, que registrou em 2014: 386.368 acionamentos de recursos, destacando-se:

- **85.774** acionamentos de viaturas de inspeção tráfego;
- **35.515** acionamentos de Ambulância/Resgate;
- **214.539** acionamentos de guinchos leves e pesados;
- **50.540** acionamentos diversos (caminhões-pipa, apreensão de animais, Munck e outros).

O sistema de monitoramento de tráfego, operado por meio de câmeras de TV interligadas, por redes de fibras ópticas ao CCO (Centro de Controle Operacional), aliado ao 0800 (Disque CCR NovaDutra - 24 horas), ao sistema de telefonia de emergência instalado a cada quilômetro da rodovia e com a efetiva atuação da inspeção de tráfego apoiada por

sofisticados equipamentos de monitoramento, estações meteorológicas, painéis de mensagens variáveis e demais equipes e parceiros, permite acionar com maior rapidez os recursos da Concessionária, da Polícia Rodoviária Federal, da ANTT, da Defesa Civil e dos Bombeiros contribuindo de forma ágil ao atendimento das diversas situações registradas diariamente na rodovia.

Consciente da sua responsabilidade social e da importância da ViaDutra perante aos seus usuários e cidades lindeiras, a CCR NovaDutra tem investido constantemente em projetos sociais que visam beneficiar as comunidades envolvidas, descrevemos abaixo os principais projetos sociais mantidos pela CCR NovaDutra.

Responsabilidade Social

Estrada para a Cidadania (Viabilizado através de recursos próprios)

Criado em 2005, o programa oferece noções de segurança de trânsito e de cidadania a alunos do 4º ano e noções de meio ambiente aos alunos de 5º ano, de escolas públicas municipais, das 36 cidades margeadas pela ViaDutra.

A Concessionária fornece material didático gratuito às escolas abrangidas, além de oficinas pedagógicas para os educadores.

O Programa beneficia 128 mil alunos e 5.500 educadores nas temáticas Educação de Trânsito, no 4º ano e Meio Ambiente, no 5º ano das escolas municipais.

Estrada para a Saúde – Caminhões e Empresas (Viabilizado através de recursos próprios)

O Programa Estrada para a Saúde - Caminhões é destinado ao bem-estar do motorista de caminhão, oferecendo gratuitamente exames clínicos, informações para melhorar o dia-a-dia ao volante e educando o caminhoneiro a ter mais cuidado com a sua saúde.

Este programa leva para rodovia, médicos, enfermeiros e estudantes de saúde para oferecer exames gratuitos aos caminhoneiros em postos de serviços.

Em 2014, foram realizados 3.911 mil atendimentos em 12 campanhas em postos de serviços ao longo da ViaDutra.

O Programa Estrada para a Saúde – Empresas tem como objetivo a diminuição de acidentes na rodovia, através de um trabalho de conscientização junto ao caminhoneiro, dentro das empresas, destacando a importância de se valorizar aspectos significativos de sua rotina diária, tais como: cuidados com a saúde, hábitos diários saudáveis e manutenção do veículo.

No ano de 2014, foram beneficiados 743 motoristas profissionais. As campanhas foram realizadas nas empresas: Volkswagen, CSN, Monsanto, Fibria, Yakut e GM.

Trailer Odontológico - (Viabilizado através de recursos próprios)

A CCR NovaDutra mantém um consultório odontológico completo à bordo de um trailer que fica estacionado em um posto de serviços, em Roseira (SP).

O Projeto promove o atendimento odontológico gratuito aos caminhoneiros, inculindo as práticas de higiene bucal com o objetivo de reduzir os níveis atuais de cáries e doenças periodontais, bem como a ampliação do acesso desses profissionais ao tratamento.

Em 2014, 2.317 motoristas profissionais foram beneficiados pelo projeto.

Música nas Escolas de Barra Mansa (Viabilizado via Lei Rouanet)

A CCR NovaDutra apoia ainda o projeto Música nas Escolas, na cidade Barra Mansa, que oferece educação musical a crianças e adolescentes. O projeto mantém, entre outras formações musicais, uma Orquestra Sinfônica e uma Banda Marcial, reconhecidas nacionalmente.

A proposta de oferecer teoria e prática musicais de qualidade deu tão certo que, hoje, caracteriza-se numa verdadeira revolução que já envolve 23 mil jovens e está formando uma nova geração de músicos e espectadores qualificados.

Projeto Buzum (Viabilizado via Lei Rouanet)

Trata-se de um teatro itinerante que leva a magia dos bonecos para as crianças de ensino fundamental, através de um ônibus com espaço lúdico com todo equipamento teatral: plateia, palco, iluminação, sonorização e ar condicionado, com capacidade de receber até 55 espectadores por sessão.

Em 2014, o projeto itinerou as 36 cidades margeadas pela rodovia e beneficiou 19.875 crianças.

OSEP Itinerante (Viabilizado via Lei Rouanet)

A turnê Osesp Itinerante percorre anualmente cidades do estado de São Paulo oferecendo à população uma série de atividades gratuitas que incluem concertos sinfônicos ao ar livre, oficinas com músicos da Osesp, cursos de apreciação musical e concertos de câmara e coro. O projeto percorreu as cidades de Pindamonhangaba, Jacareí, São José dos Campos e Taubaté, beneficiando mais de 3 mil pessoas.

Teatro nos Parques (Viabilizado via Lei Rouanet)

O projeto Teatro nos Parques, promovido pela Cooperativa Paulista de Teatro, acontece gratuitamente em espaços públicos, com o objetivo de formar plateia, descentralizar a produção teatral e promover o acesso a inclusão cultural população à população. As apresentações foram realizadas no Parque Ecológico do Tietê, em São Paulo e no Rio de Janeiro, no Parque Jardim Madureira, beneficiando mais de mil pessoas.

Valor de Investimento: (Projeto corporativo rateado pelas unidades de negócio do Grupo CCR. Neste projeto, a CCR NovaDutra não participou do rateio, apenas foi beneficiada pelo projeto).

Rugby Social (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São José dos Campos - FUMDCAD)

O projeto visa promover a inclusão social através do *Rugby* para 170 jovens de áreas de maior vulnerabilidade. Além da prática do esporte, o projeto oferece alimentação, transporte e promove diversas atividades de integração. A CCR NovaDutra apoia o projeto desde 2008.

ONG Integração (Viabilizado via Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itatiaia - RJ)

Realizado em Itatiaia (RJ), o projeto promove mensalmente a inclusão de 100 crianças e jovens, através das modalidades: Atletismo, Vôlei e *Rugby* e ainda, oferece aulas de percussão e oficinas de artesanato.

***Rugby* Dagaz (Viabilizado via CMDCA - Conselho Municipal da Criança e Adolescente do Município de Volta Redonda)**

Desenvolvido em Volta Redonda e Porto Real (RJ), através do Instituto Dagaz, o *rugby* é utilizado como ferramenta de promoção social e esportiva que beneficia 80 crianças e jovens de bairros carentes da cidade.

Cinestesia (Viabilizado via CMDCA - Conselho Municipal da Criança e Adolescente do Município de Volta Redonda)

Através de sessões de cinema, o projeto Cinestesia promove debates com temas da atualidade com jovens de escolas públicas, além de workshop gratuitos de fotografia, roteiro, linguagem cinematográfica, exercícios de iluminação e direção prática. Em 2014, foram realizadas diversas apresentações nas cidades do trecho Sul Fluminense margeadas pela ViaDutra e beneficiou mais de 5 mil pessoas.

São José *Rugby* (Fundo de Apoio ao Desporto Não Profissional do Município de São José dos Campos - SP)

O projeto visa desenvolver atletas de alto rendimento para representar a cidade de São José dos Campos em competições estaduais e nacionais. Em 2014, a equipe conquistou diversos títulos, entre elas, o vice-campeonato brasileiro, e ainda abasteceu a Seleção Brasileira de *Rugby* com diversos atletas da cidade.

Atleta Cidadão (Fundo de Apoio ao Desporto Não Profissional do Município de São José dos Campos - SP)

Idealizado pela Prefeitura de São José dos Campos, o projeto promove a inclusão social através do esporte, beneficiando 575 crianças e jovens, de 09 modalidades. Em 2014, as equipes conquistaram diversos títulos, entre eles, o primeiro lugar nos jogos abertos do interior.

Motociclismo Jean Azevedo (Fundo de Apoio ao Desporto Não Profissional do Município de São José dos Campos - SP)

O incentivo visa à formação e aprimoramento técnico-esportivo do atleta Jean Azevedo para representar o município em competições nacionais e/ou internacionais na modalidade de Rali e ainda, promove palestras sobre segurança em escolas públicas de São José dos Campos.

***Goalball* – Provisão (Viabilizado via Fundo de Apoio ao Desporto não Profissional do Município de São José dos Campos - SP)**

O projeto promove o incremento da qualidade de vida de mais de 20 pessoas com deficiência visual, na modalidade de *Goalball*, como atividades de lazer e recreação. Além

das atividades esportivas, a equipe masculina e feminina participa de campeonatos regionais e estaduais.

Handebol em Ação (Viabilizado através de recursos próprios)

A CCR NovaDutra apoia a equipe masculina e feminina de Handebol do município de Jacareí. O projeto promove a inclusão social e formação de novas gerações de atletas em várias idades.

O projeto beneficiou em 2014 mais de 120 atletas.

Formação de Equipes de Tênis de Mesa (LIFE – Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte do Município de Jacareí)

Patrocinado pela CCR NovaDutra, o projeto Tênis de Mesa também tem como objetivo a inclusão social e formação de atletas de alto rendimento. Em 2014, a equipe conquistou vários títulos, entre eles, jogos regionais e abertos do interior, considerados os mais importantes da região.

Em 2014 o projeto atendeu mais de 120 jovens atletas.

Rugby de Jacareí - (Viabilizado através de recursos próprios)

Patrocinado pela CCR NovaDutra, o projeto Jacareí *Rugby* visa à inclusão social, prática esportiva e a formação de 170 atletas. Em 2014, a equipe conquistou o acesso à elite nacional.

Projeto Viver & Dançar (LIF - Lei de Incentivo Fiscal do Município de São José dos Campos)

A Concessionária apoia o grupo Síndrome do Hip Hop, dançarinos com síndrome de down que realizam apresentações na modalidade Dança de Rua. O grupo busca incentivar o público a agir como agente multiplicador com o intuito de facilitar a acessibilidade e inclusão social como quebra de paradigmas impostos pela sociedade. No quarto trimestre, foram realizadas diversas apresentações em escolas e locais públicos.

Pedra Mar Arte e Geração de Renda (Viabilizado via LIC – Lei de Incentivo Fiscal à Cultura do Município de Jacareí - SP)

O projeto tem como intuito formar um ambiente cultural que agregue multiplicadores para a difusão, desenvolvendo a criação de novas perspectivas de ação artesanal para a comunidade do Pedra Mar, em Jacareí - SP.

Em 2014, mais de 20 jovens foram capacitados pelo projeto.

Caravana Cultural (Viabilizado via LIC – Lei de Incentivo Fiscal à Cultura do Município de Jacareí - SP)

A CCR NovaDutra patrocina o projeto Caravana Cultural, que exhibe os curtas-metragens, peças teatrais, além de apresentações musicais em espaços públicos, que ajudam a democratizar o acesso à produção audiovisual brasileira. Em 2014, foram beneficiados 5 mil pessoas de diversas regiões da cidade de Jacareí.

Festival do Pinhão de Visconde de Mauá (Viabilizado via LIC – Lei de Incentivo Fiscal à Cultura do Município de Resende - RJ)

O Festival tem como intuito resgatar a cultura regional e oferecer aos munícipes e turistas, atrações culturais e pratos típicos de pinhão. O evento é considerado o mais tradicional da região de Visconde de Mauá.

Em 2014, mais de 15 mil pessoas prestigiaram o evento.

Espaço Cultural e Palco Resende no Aniversário da Cidade (Viabilizado via LIC – Lei de Incentivo Fiscal à Cultura do Município de Resende - RJ)

O Projeto Espaço Cultural e Palco Resende no Aniversário da Cidade, fomentaram a cultura popular, oferecendo atividades prazerosas à população, como apresentações de artistas regionais e nacionais, exposição de artesanato e diversas atividades culturais, valorizando o município e aquecendo a economia local com a geração de empregos diretos e indiretos.

O evento foi realizado no período de 24 a 29 de setembro, no parque de Exposições Francisco Fortes Filho, durante o evento EXAPICOR FAMILIA 2014, que contou com o público de mais de 50 mil pessoas.

Mais Cultura (Viabilizado via LIC – Lei de Incentivo Fiscal à Cultura do Município de Resende)

O projeto Mais Cultura visa fomentar a cultura no município de Resende e região, trazendo espetáculos teatrais de renome nacional e regional. Em 2014, foram realizadas duas peças, “Os Melhores do Mundo” e “Blefe”, no teatro da AMAN, em Resende, beneficiando mais de 3 mil pessoas.

Taekwondo de Resende (Viabilizado via LIF – Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte do Município de Resende)

A CCR NovaDutra incentiva a equipe de Taekwondo do município de Resende (RJ). O projeto promove a inclusão social, formação de novas gerações de atletas em diversas idades e participação em vários campeonatos.

Em 2014, foram beneficiados mensalmente 30 atletas.

Handebol de Resende (Viabilizado via LIF – Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte do Município de Resende)

A CCR NovaDutra apoia a equipe masculina e feminina de Handebol do município de Resende - RJ. O projeto promove a inclusão social e formação de novas gerações de atletas em diversas idades.

Em 2014, o projeto beneficiou mensalmente 80 atletas.

Mountain Do – Visconde de Mauá (Viabilizado via LIF – Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte do Município de Resende)

O Mountain Do Circuito é um conjunto de corridas individuais realizadas em diversas cidades que apresentam variações de altitude e reúnem belezas naturais. O evento, realizado

em Visconde de Mauá (RJ) promove a prática esportiva de mais de 800 atletas e ainda movimentando a economia e o turismo na cidade.

Voleibol Taubaté (Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte no município de Taubaté)

O projeto Voleibol Taubaté visa desenvolver atletas da equipe masculina de alto rendimento para representar a cidade de Taubaté em competições estaduais e nacionais. Em 2014, a equipe conquistou o campeonato paulista e está entre as melhores equipes do Brasil.

Projeto Socioambiental Sacolona

Projeto socioambiental que transforma lonas de comunicação rodoviária em sacolas, bolsas e estojos, diminuindo o descarte desta matéria - prima nos lixões, além de gerar trabalho e renda para costureiras envolvidas no projeto.

Valor de Investimento: Não há orçamento definido para este projeto. A concessionária doa as lonas usadas que servem de matéria prima para a criação das peças e o lucro com a venda dos produtos, são integralmente divididos pelas costureiras.

4.1.2 Capital Humano e Intelectual

A CCR NovaDutra realizou diversas pesquisas durante o ano de 2014 através do Centro de Pesquisas Rodoviárias - CPR, citamos abaixo as principais pesquisas realizadas no ano de 2014.

- Estudo do comportamento mecânico de solos estabilizados com cal hidratada.
- Revestimentos asfálticos sustentáveis: estudo do comportamento mecânico e de redução de emissões de misturas asfálticas mornas.
- Estudos para incorporação de conceitos de sustentabilidade em passarelas ao longo da rodovia Presidente Dutra.
- Estudo da influência do teor de cimento *portland*, da energia de compactação e da umidade no comportamento mecânico da brita graduada tratada com cimento (BGTC) para duas gêneses de agregados.
- Reciclagem de pavimentos com adição de cimento *portland* – Desenvolvimento de método de dimensionamento e avaliação de processos construtivos.

4.2 Desempenho Ambiental

4.2.1 Capital Natural

Comitê de Sustentabilidade

O Comitê de Sustentabilidade da CCR NovaDutra, que tem como missão transformar diretrizes corporativas em planos de ação e o objetivo de garantir a execução dos mesmos. Este comitê é composto pelo Diretor Presidente, Diretor e Gestores das principais áreas da empresa. As reuniões para discussão dos principais temas e ações relacionados à Sustentabilidade ocorrem periodicamente; nelas são apresentados os principais resultados, bem como as necessidades de melhorias e diretrizes traçadas pela Diretoria para as providências necessárias.

Os maiores impactos ambientais relacionados às atividades do Grupo CCR são: o consumo de água, de energia e de materiais; a geração de resíduos; e a emissão de gases de efeito estufa – que causam as mudanças climáticas.

Ciente destes impactos a CCR NovaDutra tem atuado constantemente na prevenção e diminuição dos impactos que seu negócio trás a sociedade, desta maneira destacamos abaixo as principais ações da CCR NovaDutra no ano de 2014.

Implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Concessionária.

Aprimoramento do serviço de coleta dos resíduos da rodovia, realizado pela área de conservação (contratos de terceiros), foi aprimorado e passam a ser separados entre recicláveis e não recicláveis. Os recicláveis são encaminhados a Companhias de Reciclagem licenciadas e os não recicláveis encaminhados a aterros sanitários licenciados.

Projeto de Captação da água de chuva.

Auditoria externa para validar o Inventário de Emissões de GEE (Gás de Efeito Estufa).

Coleta e Destinação final de lâmpadas, pilhas e baterias, e resíduos provenientes das caixas separadoras de água e óleo realizada por empresa especializada (destinação ambientalmente correta).

Coleta, trituração, reciclagem e destinação ambiental e ecologicamente correta de pneus e ressolagens, realizada por empresa especializada, de 253 toneladas retirados ao longo da Rodovia, bem como de pneus inservíveis da frota.

Coleta nas Bases Operacionais e Postos de Serviços espalhados ao longo da rodovia, de 52 kg de celulares e baterias de celulares inservíveis, e encaminhamento à empresa especializada para correta destinação.

Revitalização do Sistema de Climatização nas Praças de Pedágios. Aplicação em 109 cabines de arrecadação e o prédio operacional da Praça de Jacareí, beneficiando aproximadamente 400 colaboradores. Redução estimada no consumo de energia elétrica de 67%.

Instalação de luminárias de indução, de um circuito de iluminação do “Retão de Jacareí” com lâmpadas de vapor de sódio de 400w por lâmpadas de indução de 150w. Redução no consumo de energia elétrica estimada em 66%.

Substituição de lâmpadas fluorescentes tubulares, fluorescentes compactas, dicróicas e vapores de sódio e metálico por lâmpadas equivalentes à Led nos prédios Administrativos da empresa. Redução de consumo estimada: 51%.

Utilização de asfalto borracha, reciclagem de pavimento em processos de pavimentação ao longo da rodovia. Na Construção da Marginal em Guarulhos, por exemplo, foram utilizados 5.900m³ de mistura asfáltica com asfalto-borracha, o equivalente a 18.000 pneus de carros de passeio.

4.2.2 Capital Manufaturado

A CCR NovaDutra hoje em sua operação conta com 14 ambulâncias de resgate, 13 viaturas médicas de intervenção rápida, 4 motos de inspeção de tráfego, 16 viaturas de inspeção de tráfego, 25 guinchos leves, 8 guinchos pesados, 4 guinchos super pesados, 3 veículos de inspeções de caminhões.

Visando a melhoria continua dos serviços prestados aos usuários da ViaDutra, a CCR NovaDutra investiu durante o ano de 2014 o montante de R\$ 241.056, abaixo descrevemos as principais obras realizadas neste período.

- **RECUPERAÇÃO, REFORÇO E ALARGAMENTO**

- Viaduto Rio D'ouros, km 170,82 - Pista Sul (RJ) - RFFSA);
- Viaduto Rio D'ouros, km 170,82 - Pista Norte (RJ) - RFFSA);
- Viaduto sobre a RFFSA, km 183,84 - Pista Sul (RJ);
- Viaduto sobre a RFFSA, km 183,84 - Pista Norte (RJ);
- Viaduto da Guarita - km 278,10 Pista Norte (RJ);
- Ponte sobre o Rio Canas- km 45,14 Pista Norte (SP);
- Viaduto de Acesso a Taubaté, km 107,71 - Pista Norte - Passagem Inferior (SP);
- Viaduto de Acesso a Taubaté, km 107,72 - Pista Norte - Passagem Inferior (SP);
- Viaduto sobre a RFFSA km 174,630 - Pista Norte (RJ);
- Ponte sobre o Córrego Grota Fria km 17,38 Pista Sul (SP);
- Ponte sobre o Rio Caninhas, km 43,06 - Pista Norte (SP);
- Viaduto de Acesso a Santa Isabel km 186,30 (SP);
- Viaduto Curuçá, km 230,22 - lado RJ (SP);
- Viaduto Curuçá, km 230,22 - lado SP (SP);
- Ponte sobre Córrego Caetano - km 123,10 - Pista Norte (SP);
- Viaduto da Guarita - km 278,10 Pista Norte (RJ);
- Ponte sobre o Rio Canas- km 45,14 Pista Norte (SP);
- Vd do Pinhão (1º Maio) km 70,24 PN (SP);
- Viaduto São José dos Campos km 148,87 Pista Norte (SP);
- Implantação de Faixa Adicional, km 85,47 ao km 86,85 - Pista Sul - Moreira César (SP);
- Viaduto Arrozal-Pinheiral km 251,7 (RJ);
- Acesso Pesqueiro, km 192.

- **MELHORAMENTOS DA RODOVIA**

- Marginal Sul São José Campos km 151 a 154.

Ressaltamos de diante de todos os esforços da CCR NovaDutra, que em 1997, quando as primeiras melhorias começaram a ser realizadas no trecho da ViaDutra, as estatísticas apontavam para a ocorrência de 773 acidentes, em média, por mês. Em 2014, o índice mensal foi de 961 acidentes, apenas 24% superior aos registrados em 1997, em virtude do tráfego ter aumentado consideravelmente neste exercício.

Vale ainda ressaltar que o número de vítimas fatais reduziu em 64% se compararmos o ano de 2014 com o ano de 1996, quando teve início o acompanhamento por parte da Concessionária aos acidentes ocorridos na ViaDutra.

4.3 Reconhecimentos e Prêmios

Conquista do Prêmio TOP Sustentabilidade, concedido pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB) a empresas que praticam ações efetivas na área de Sustentabilidade. O *case* condecorado foi o Programa Estrada Sustentável, desenvolvido pela Concessionária desde 2012.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos

Neste ano de 2014, marcado por realizações e conquistas, a CCR NovaDutra agradece a todos os nossos usuários, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo Federal e à ANTT, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e à Polícia Rodoviária Federal pela parceria desenvolvida.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

5.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

5.3 Cláusula Compromissória

A CCR está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

5.4 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Santa Isabel, 25 de Fevereiro de 2015.

A Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

Santa Isabel - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n° 2 SP 011609/O-8

João Rafael Belo de Araújo Filho
Contador
CRC n°1 SP 246752/O-6

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Balanço patrimonial

em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	14.772	45.673	Financiamentos e arrendamento mercantil	12	420	1.019
Contas a receber	7	9.190	12.039	Debêntures e notas promissórias	13	890.086	631.959
Contas a receber - partes relacionadas	9	67.663	59.730	Fornecedores	14	42.892	40.960
Impostos a recuperar		1.008	366	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	9	28.962	27.442
Despesas antecipadas e outras		5.760	3.307	Mútuos - partes relacionadas	9	20.451	-
Total do ativo circulante		<u>98.393</u>	<u>121.115</u>	Impostos e contribuições a recolher	15a	22.554	29.899
Não circulante				Obrigações sociais e trabalhistas		6.681	7.210
Realizável a longo prazo				Impostos e contribuições parcelados	15b	1.961	4.163
Ativo fiscal diferido	8b	29.370	13.088	Provisão de manutenção	17	45.237	44.394
Contas a receber - partes relacionadas	9	146	11	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a pagar		5.950	-
Depósitos judiciais		229	164	Outras contas a pagar		9.344	8.503
		<u>29.745</u>	<u>13.263</u>	Total do passivo circulante		<u>1.074.538</u>	<u>795.549</u>
Imobilizado				Não circulante			
Intangível				Financiamentos e arrendamento mercantil	12	444	859
	10	88.756	88.038	Debêntures	13	-	259.623
	11	1.471.747	1.401.878	Mútuos - partes relacionadas	9	14.580	-
Total do ativo não circulante		<u>1.590.248</u>	<u>1.503.179</u>	Impostos e contribuições a recolher	15a	38	-
				Impostos e contribuições parcelados	15b	-	20.471
				Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	16	9.116	6.099
				Provisão de manutenção	17	147.144	121.151
				Total do passivo não circulante		<u>171.322</u>	<u>408.203</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	18a	377.694	360.918
				Reservas de lucros	18b	65.087	59.624
						<u>442.781</u>	<u>420.542</u>
Total do ativo		<u>1.688.641</u>	<u>1.624.294</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.688.641</u>	<u>1.624.294</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	19	<u>1.287.233</u>	<u>1.220.833</u>
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(214.413)	(175.962)
Provisão de manutenção	17	(60.892)	(57.073)
Depreciação e amortização		(178.416)	(153.184)
Custos com obrigações poder concedente		(8.758)	(13.686)
Serviços		(306.259)	(299.858)
Custo com pessoal		(11.857)	(11.362)
Materiais, equipamentos e veículos		(4.495)	(3.693)
Outros		(13.111)	(7.469)
		<u>(798.201)</u>	<u>(722.287)</u>
Lucro bruto		489.032	498.546
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(11.191)	(12.872)
Serviços		(47.103)	(43.043)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.469)	(1.296)
Depreciação e amortização		(2.950)	(2.544)
Outros		(15.127)	(19.704)
		<u>(77.840)</u>	<u>(79.459)</u>
Outras receitas operacionais		1.088	717
Outras despesas operacionais		<u>(246)</u>	<u>(354)</u>
Resultado antes das (despesas) receitas financeiras e impostos		412.034	419.450
Despesas financeiras	20	(102.221)	(84.845)
Receitas financeiras	20	<u>6.735</u>	<u>6.711</u>
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		316.548	341.316
Imposto de renda e contribuição social - correntes	8a	(119.486)	(129.457)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8a	<u>16.282</u>	<u>14.541</u>
Lucro líquido do exercício		<u>213.344</u>	<u>226.400</u>
Lucro líquido por ação básico e diluído (em reais)	18d	<u>1,6568</u>	<u>1,7582</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração de resultado abrangente

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício	213.344	226.400
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>213.344</u></u>	<u><u>226.400</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Reserva de Lucros			Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária	Retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2013	314.223	11.486	7.000	114.044	-	446.753
Aumento de capital em 25 de abril de 2013	46.695	(11.486)	-	(35.209)	-	-
Distribuição de dividendos em 29 de abril de 2013	-	-	-	(68.246)	-	(68.246)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	226.400	226.400
Destinações:						
Reserva legal	-	11.320	-	-	(11.320)	-
Reserva estatutária	-	-	1.132	-	(1.132)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 29 de outubro de 2013	-	-	-	(10.589)	(173.776)	(184.365)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	40.172	(40.172)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	360.918	11.320	8.132	40.172	-	420.542
Aumento de capital em 24 de abril de 2014	18a	16.776	(11.320)	-	(5.456)	-
Distribuição de dividendos em 28 de abril de 2014	18c	-	-	-	(12.876)	(12.876)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	213.344	213.344
Destinações:						
Reserva legal	18b	-	10.667	-	-	(10.667)
Reserva estatutária	18b	-	-	1.067	-	(1.067)
Distribuição de dividendos intermediários em 28 de outubro de 2014	18c	-	-	-	(21.840)	(149.389)
Juros sobre capital próprio	18d	-	-	-	-	(7.000)
Reserva de retenção de lucros	18b	-	-	-	45.221	(45.221)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		377.694	10.667	9.199	45.221	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	213.344	226.400
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(16.282)	(14.541)
Depreciação e amortização	181.366	155.728
Baixa do ativo imobilizado e intangível	309	672
Juros e variação monetária sobre debêntures, notas promissórias e financiamentos circulantes e não circulantes	96.740	70.237
Capitalização de custo de empréstimos	(19.456)	(9.414)
Juros sobre impostos parcelados	1.423	1.496
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(39)	31
Constituição e reversão de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	7.047	(3.678)
Juros e variação monetária sobre mútuo e cessão crédito com partes relacionadas	489	-
Constituição da provisão de manutenção	60.892	57.073
Ajustes a valor presente provisão de manutenção	21.245	20.394
Variações nos ativos e passivos		
Redução (aumento) dos ativos		
Contas a receber	2.888	1.456
Contas a receber - partes relacionadas	(8.068)	(1.803)
Impostos a recuperar	(642)	408
Despesas antecipadas e Outras	(2.518)	1.264
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	13.213	10.489
Fornecedores - partes relacionadas	(1.549)	(10.157)
Obrigações sociais e trabalhistas	(529)	531
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social	110.700	121.299
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(127.203)	(120.182)
Pagamento da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	(4.030)	(2)
Realização de provisão de manutenção	(55.301)	(66.151)
Outras contas a pagar	841	(460)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>474.880</u>	<u>441.090</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(16.899)	(19.808)
Aquisição de ativo intangível	(224.157)	(199.270)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(241.056)</u>	<u>(219.078)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(185.155)	(252.611)
Mútuos com partes relacionadas:		
Captações	20.000	-
Financiamentos, debêntures e notas promissórias:		
Captações	589.322	359.928
Pagamentos de principal	(620.431)	(261.391)
Pagamento de juros	(68.461)	(63.768)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>(264.725)</u>	<u>(217.842)</u>
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(30.901)</u>	<u>4.170</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	45.673	41.503
No final do exercício	<u>14.772</u>	<u>45.673</u>
	<u>(30.901)</u>	<u>4.170</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração do valor adicionado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Receitas			
Receita de pedágio	19	1.150.439	1.113.905
Receita de construção	19	214.413	175.962
Outras receitas	19	43.866	39.477
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo de construção		(214.413)	(175.962)
Provisão de manutenção	17	(60.892)	(57.073)
Custos dos serviços prestados		(331.317)	(323.660)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(63.452)	(63.318)
Valor adicionado bruto		<u>738.644</u>	<u>709.331</u>
Depreciação e amortização		<u>(181.366)</u>	<u>(155.728)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		<u>557.278</u>	<u>553.603</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	20	<u>6.735</u>	<u>6.711</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>564.013</u>	<u>560.314</u>
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		16.880	18.332
Benefícios		2.068	1.891
FGTS		821	857
Outras		522	289
Tributos			
Federais		150.424	160.935
Estaduais		331	317
Municipais		58.764	57.251
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		120.364	93.467
Aluguéis		495	575
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	18	149.389	173.776
Lucros retidos do exercício	18	<u>63.955</u>	<u>52.624</u>
		<u>564.013</u>	<u>560.314</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social exclusivo, sob o regime de concessão por um prazo total de 25 anos, até 01 de março de 2021, a exploração da Rodovia BR 116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro - São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, mediante cobrança de pedágio.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Operação da rodovia e execução de obras iniciais de recuperação sem a cobrança de pedágio, o que ocorreu até 31 de julho de 1996;
- Apoio à fiscalização de trânsito, com operação de balanças fixas e móveis e sistema eletrônico de velocidade instalado ao longo da rodovia;
- Construção de marginais nas regiões da Baixada Fluminense (RJ), São Paulo (SP) e de São José dos Campos (SP), iniciada no segundo semestre de 1997 e parcialmente implementados, e construção de novos trechos de 2010 a 2014;
- Implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, instalados no segundo semestre de 1997;
- Implantação da nova pista de subida da Serra das Araras, com cronograma a ser definido pelo Poder Concedente;
- Implantação de novas obras previstas no Fluxo de Caixa Marginal, que encontra-se em discussão com o Poder Concedente.

Instituto CCR

Em 19 de agosto de 2014, o Grupo CCR, constituiu o Instituto CCR com o objetivo de incentivar e promover atividades, programas e projetos nas áreas de cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, sem finalidade lucrativa.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo tem sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) *Apuração do resultado*

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) *Receitas de serviços*

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias;

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receitas de construção: segundo a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças neste são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Ações preferenciais

As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatáveis à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação de sua parcela do capital social.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esse possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado tem diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “q”.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica recuperação do valor perdido, esta recuperação é registrada no resultado.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

m) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

o) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

p) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar (divulgado na nota explicativa nº 24) ao Poder Concedente, sob o entendimento dos contratos de concessão serem contratos executórios. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a serem cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Neste tipo de contrato, tanto o concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

q) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

r) *Demonstrações de valor adicionado*

Foram elaboradas as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) da Companhia, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

s) *Novos pronunciamentos e interpretações*

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2014, pelo International Accounting Standards Board – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 19 - Planos de benefícios definidos- Contribuições dos empregados	Esclarece como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros que estejam relacionadas aos serviços prestados aos planos de benefícios definidos, levando em consideração se essas contribuições dependem da quantidade de anos de serviços prestados pelo empregado	(a)
Alterações à IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível	(b)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes	(c)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de <i>hegde</i>	(d)

- (a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014;
- (b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;
- (c) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;
- (d) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, sem gerar efeitos.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pronunciamento	Descrição
Nova interpretação - IFRIC 21 - Tributos	Aborda sobre quando reconhecer uma obrigação relativa a tributos
Alterações à IAS 32 - Instrumentos financeiros compensação de ativos e passivos financeiros	Esclarece as exigências relacionadas à compensação de ativos e passivos financeiros.
Alterações à IAS 36 - Divulgações do valor recuperável de ativos não financeiros	Excluem a exigência de divulgação do valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), para a qual o ágio ou outros ativos intangíveis, com vidas úteis indefinidas, foram alocados, quando não houver redução ao valor recuperável ou reversão da redução ao valor recuperável da correspondente UGC
Alterações à IAS 39 - Instrumentos financeiros: novação de derivativos e continuação da contabilização do "hedge"	Trazem a isenção da exigência de descontinuidade da contabilização de <i>hedge</i> quando um derivativo, designado como instrumento de <i>hedge</i> , é novado sob determinadas circunstâncias

3. Apresentação demonstrações financeiras

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973/14, em conversão à MP nº 627/13, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada e, assim, quaisquer impactos tributários, se aplicáveis, ocorrerão a partir de janeiro de 2015.

Declaração de conformidade (com relação às normas CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aplicadas de maneira consistente.

Em 25 de fevereiro de 2015, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC01 (R1)
- 7 Provisão para créditos de liquidação duvidosa
- 8b Impostos diferidos
- 10 Depreciação dos ativos imobilizados
- 11 Amortização dos ativos intangíveis
- 16 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários
- 17 Provisão de manutenção
- 21 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos tem sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do CDI relativo às debêntures e notas promissórias e (2) da TJLP relativo aos financiamentos. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 12 e 13.

A tarifa de pedágio é reajustada por índices de inflação.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos (valores brutos dos custos de transação), por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos e arrendamentos mercantis	420	-	280	164	-
Debêntures e notas promissórias (*)	890.343	-	-	-	-

(*) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 975.825, substancialmente compostos por debêntures, conforme mencionado na nota explicativa nº 13. As debêntures e notas promissórias tem vencimentos previstos para o ano de 2015. A reestruturação da dívida está em andamento, sendo que a Administração acredita que deve ocorrer o alongamento/substituição da dívida nos próximos meses.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa e bancos	2.790	3.658
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>11.982</u>	<u>42.015</u>
	<u>14.772</u>	<u>45.673</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 99,72% do CDI, equivalente a 10,73% ao ano (8,03% ao ano em 31 de dezembro de 2013).

7. Contas a receber

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	4.990	8.170
Cartão de crédito visa (b)	1.062	1.062
Pedágio eletrônico - outros (b)	<u>3.198</u>	<u>2.906</u>
	9.250	12.138
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(60)</u>	<u>(99)</u>
	<u>9.190</u>	<u>12.039</u>

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes, basicamente, de operações com cartões de crédito e vale pedágio;
- (c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) - É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, baseado no histórico de perda da Companhia.

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Crédito a vencer	8.383	11.684
Créditos vencidos até 60 dias	807	123
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	232
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	51
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	60	48
	<u>9.250</u>	<u>12.138</u>

8. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrados no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	316.548	341.316
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(107.626)	(116.047)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivo relativo ao imposto de renda	3.341	3.359
Despesas indedutíveis	(1.039)	(1.988)
Despesas com brindes e associações de classe	(260)	(240)
Juros captital próprio	2.380	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(103.204)</u>	<u>(114.916)</u>
Impostos correntes	(119.486)	(129.457)
Impostos diferidos	16.282	14.541
	<u>(103.204)</u>	<u>(114.916)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>32,60%</u>	<u>33,67%</u>

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos tem a seguinte origem:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Bases ativas		
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (c)	82.444	73.157
Constituição da provisão de manutenção (b)	65.410	56.285
Depreciação de obras lançadas no custo (a)	13.598	15.669
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, previdenciários e cíveis	3.100	2.074
Depreciação e juros sobre arrendamento mercantil financeiro	1.665	1.316
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.113	421
Custo da transação na emissão de títulos	115	159
Provisão para perda de investimentos	123	123
Outros	1.105	600
	<u>168.673</u>	<u>149.804</u>
Bases passivas		
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(110.585)	(112.010)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(26.368)	(22.589)
Pagamentos de juros e principal arrendamento mercantil financeiro	(2.142)	(1.968)
Outros	(208)	(149)
	<u>(139.303)</u>	<u>(136.716)</u>
Ativo diferido líquido	<u>29.370</u>	<u>13.088</u>

- a) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07;
- b) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “c” conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07;
- c) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07;
- d) Depreciação de ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil): trata-se de impostos decorrentes da diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como de melhorias, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07; e
- e) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e coligadas podem ser assim demonstradas:

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Transações				Saldos		
	Serviços prestados	Receita	Despesa financeira	Aquisição de intangível	Ativo	Passivo	
					Contas a receber	Mútuos	Contas a pagar
Controladora							
CCR S.A. (a) (i)	18.898	-	169	-	-	20.131	1.478
Coligadas							
CPC (b)	22.518	-	-	-	5	-	1.811
Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Eng.(c)	-	-	-	25.933	-	-	3.407
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (d)	269.936	-	-	-	-	-	22.243
Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (e)	-	-	-	-	67.169	-	-
Samm (f)	-	1.321	-	-	616	-	13
Companhia Operadora de Rodovia (g)	-	-	-	-	10	-	6
Autoban (g)	-	-	-	-	-	-	4
MSVia (g)	-	-	-	-	9	-	-
Rodoanel Oeste (h)	-	-	320	-	-	14.900	-
Total circulante, 31 de dezembro de 2014					67.663	20.451	28.962
Total não circulante, 31 de dezembro de 2014					146	14.580	-
Total, 31 de dezembro de 2014	311.352	1.321	489	25.933	67.809	35.031	28.962
Total, 31 de dezembro de 2013	295.067	657	-	50.149	59.741	-	27.442

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Remuneração dos administradores (j)	725	798

Despesas com profissionais chave da administração:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Remuneração (j):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.028	1.217
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado (k)	1.704	1.092
Previdência privada	94	111
Seguro de vida	4	5
	<u>2.830</u>	<u>2.425</u>

Na AGO realizada em 15 de abril de 2014, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 2.900, a qual não inclui os encargos sociais.

- (a) Contrato de prestação de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) Prestação de serviços por empreitada a preço global com vigência de 17 de abril de 2014 a 11 de fevereiro de 2015;
- (d) Serviços de recuperação, melhoramento, conservação, manutenção, monitoramento e operação da Rodovia, com prazo vigente até o término da vigência do contrato de concessão.
- (e) Valores de tarifa de pedágio cobrada de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente;
- (f) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGMP.
- (g) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (h) Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória - MP651/14, remunerada a taxa de 105% do CDI. Os juros serão pagos semestralmente, em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal;
- (i) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 107,8% do CDI. O vencimento previsto para o contrato é 30 de janeiro de 2015;
- (j) Contempla valor total à pagar de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas; e
- (k) Parte do valor refere-se ao adicional de provisão de participação de resultado de 2013.

10. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2014			2013		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	10	4.745	(2.526)	2.219	4.539	(2.087)	2.452
Máquinas e equipamentos	14	38.185	(19.338)	18.847	31.861	(15.052)	16.809
Veículos	20	33.066	(19.019)	14.047	28.296	(16.930)	11.366
Instalações, edificações e terrenos	10	3.660	(1.582)	2.078	3.660	(1.581)	2.079
Equipamentos operacionais	11	86.235	(61.365)	24.870	85.795	(53.366)	32.429
Imobilizações em andamento	-	26.695	-	26.695	22.903	-	22.903
		<u>192.586</u>	<u>(103.830)</u>	<u>88.756</u>	<u>177.054</u>	<u>(89.016)</u>	<u>88.038</u>

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do custo

	2013		2014		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	4.539	-	(7)	213	4.745
Máquinas e equipamentos	31.861	-	(18)	6.342	38.185
Veículos	28.296	1	(1.227)	5.996	33.066
Instalações, edificações e terrenos	3.660	-	-	-	3.660
Equipamentos operacionais	85.795	-	(48)	488	86.235
Imobilizações em andamento	22.903	18.997	(57)	(15.148)	26.695
	<u>177.054</u>	<u>18.998</u>	<u>(1.357)</u>	<u>(2.109)</u>	<u>192.586</u>
	2012		2013		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	5.033	4	(885)	387	4.539
Máquinas e equipamentos	28.529	-	(2.077)	5.409	31.861
Veículos	22.946	-	(1.739)	7.089	28.296
Instalações e edificações	1.586	-	-	2.074	3.660
Equipamentos operacionais	90.533	-	(6.407)	1.669	85.795
Imobilizações em andamento	18.677	21.242	-	(17.016)	22.903
	<u>167.304</u>	<u>21.246</u>	<u>(11.108)</u>	<u>(388)</u>	<u>177.054</u>

(a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos em fase de instalação e veículos.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 2.099 em 2014 (R\$ 1.438 em 2013). A taxa média de capitalização em 2014 foi de 10,19% a.a. (custos dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 7,19% a.a. em 2013.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da depreciação

	2013		2014	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	(2.087)	(443)	4	(2.526)
Máquinas e equipamentos	(15.052)	(4.297)	11	(19.338)
Veículos	(16.930)	(3.075)	986	(19.019)
Instalações, edificações e terrenos	(1.581)	(1)	-	(1.582)
Equipamentos operacionais	(53.366)	(8.046)	47	(61.365)
	<u>(89.016)</u>	<u>(15.862)</u>	<u>1.048</u>	<u>(103.830)</u>

	2012		2013		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Móveis e utensílios	(2.544)	(395)	852	-	(2.087)
Máquinas e equipamentos	(13.500)	(3.351)	1.798	1	(15.052)
Veículos	(16.284)	(2.291)	1.645	-	(16.930)
Instalações e edificações	(1.580)	(1)	-	-	(1.581)
Equipamentos operacionais	(51.347)	(8.159)	6.141	(1)	(53.366)
	<u>(85.255)</u>	<u>(14.197)</u>	<u>10.436</u>	<u>-</u>	<u>(89.016)</u>

11. Ativo intangível

	Taxa média anual de amortização %	2014			2013		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura (c)	(a)	2.341.277	(874.695)	1.466.582	2.108.015	(711.054)	1.396.961
Direitos de uso de sistemas informatizados	15	11.530	(7.850)	3.680	9.807	(6.754)	3.053
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	17	6.162	(4.677)	1.485	5.774	(3.910)	1.864
		<u>2.358.969</u>	<u>(887.222)</u>	<u>1.471.747</u>	<u>2.123.596</u>	<u>(721.718)</u>	<u>1.401.878</u>

Movimentação do custo

	2013		2014	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (b)	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura (c)	2.108.015	233.262	-	2.341.277
Direitos de uso de sistemas informatizados	9.807	1	1.722	11.530
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.774	1	387	6.162
	<u>2.123.596</u>	<u>233.264</u>	<u>2.109</u>	<u>2.358.969</u>

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2012</u>	<u>2013</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências (b)</u>	<u>Saldo Final</u>
Direitos de exploração da infraestrutura	1.924.986	183.028	1	2.108.015
Direitos de uso de sistemas informatizados	9.420	-	387	9.807
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.774	-	-	5.774
	<u>1.940.180</u>	<u>183.028</u>	<u>388</u>	<u>2.123.596</u>

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

(b) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(d) Do montante de R\$ 2.341.277 em 31 de dezembro de 2014, R\$ 259.054 refere-se à intangível em fase de construção e não disponibilizado aos usuários.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 17.357 em 2014 (R\$ 7.976 em 2013). A taxa média de capitalização em 2014 foi de 10,19% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 7,19% a.a. em 2013.

Movimentação da amortização

	<u>2013</u>	<u>2014</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Direitos de exploração da infraestrutura	(711.054)	(163.638)	(3)	(874.695)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(6.754)	(1.097)	1	(7.850)
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	(3.910)	(769)	2	(4.677)
	<u>(721.718)</u>	<u>(165.504)</u>	<u>-</u>	<u>(887.222)</u>

	<u>2012</u>	<u>2013</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Direitos de exploração da infraestrutura	(571.275)	(139.779)	-	(711.054)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(5.855)	(899)	-	(6.754)
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	(3.057)	(853)	-	(3.910)
	<u>(580.187)</u>	<u>(141.531)</u>	<u>-</u>	<u>(721.718)</u>

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Financiamentos e arrendamento mercantil financeiro

Em moeda nacional	Taxas contratuais (% a.a)	Vencimento final	2014	2013
Banco Alfa de Investimento S.A.	TJLP + 7,0 % a.a.	Julho de 2015	137	371 (a)
Banco Alfa de Investimento S.A.	TJLP + 5,5 % a.a.	Julho de 2017	725	1.006 (a)
Banco Itaú BBA S.A.	CDI + 1,23 % a.a.	Junho de 2014	-	86 (a)
Banco Itaú BBA S.A.	CDI + 1,26% a.a.	Outubro de 2014	-	22 (a)
Banco Bradesco S.A.	CDI + 1,14 % a.a.	Janeiro de 2015	2	393 (a)
Total			<u>864</u>	<u>1.878</u>
Total circulante			<u>420</u>	<u>1.019</u>
Total não circulante			<u>444</u>	<u>859</u>

Garantias:

(a) Bens financiados

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2014
2016	280
2017	164
Total	<u>444</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

13. Debêntures e notas promissórias

Série	Taxas Contratuais	Custo Efetivo (% a.a.)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Vencimento Final	2014	2013
1. 2a Emissão - Série 1	110,50% do CDI	0,1648% (b)	1.683	82	Setembro de 2015	87.545	174.214 (c)
1. 2a Emissão - Série 2	112,50% do CDI	0,1648% (b)	1.122	55	Setembro de 2015	58.386	116.179 (d)
2. 3a Emissão - Série única	105,60% do CDI	NI	-	-	Dezembro de 2015	117.675	234.936 (d)
3. Cetip (Notas promissórias)	104,40% do CDI	0,0547% (a)	71	-	Abril de 2014	-	132.298 (d)
4. Cetip (Notas promissórias)	104,90% do CDI	NI	-	-	Abril de 2014	-	233.955 (d)
5. Cetip (Notas promissórias)	104,75% do CDI	0,0873% (a)	357	119	Abril de 2015	442.765	- (d)
6. Cetip (Notas promissórias)	104,90% do CDI	0,0012% (a)	1	1	Abril de 2015	183.715	- (d)
				<u>257</u>		<u>890.086</u>	<u>891.582</u>
Circulante							
Debêntures e notas promissórias						890.343	632.355
Custo da transação						(257)	(396)
						<u>890.086</u>	<u>631.959</u>
Não Circulante							
Debêntures						-	259.760
Custo da transação						-	(137)
						<u>-</u>	<u>259.623</u>

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias:

- (c) Garantia flutuante.
- (d) Não existem garantias.

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures e nota promissória. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 1º de outubro de 2010, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, no total de 500.000, divididas em duas séries, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos e valor nominal total de emissão de R\$ 500.000, podendo ser totalmente resgatadas a qualquer momento, a critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

As séries das debêntures emitidas possuem as seguintes características:

As debêntures da 1ª série, no total de 300.000, são da espécie com garantia flutuante e tem valor nominal total de R\$ 300.000. Os pagamentos dos juros são semestrais, entre 15 de setembro de 2011 e de 2015. A amortização do principal será realizada em parcelas anuais, entre 15 de setembro de 2012 e de 2015. As debêntures tem remuneração de 110,50% do CDI.

As debêntures da 2ª série, no total de 200.000, são da espécie subordinadas e tem valor nominal total de R\$ 200.000. Os pagamentos dos juros são semestrais, entre 15 de setembro de 2011 e de 2015. A amortização do principal será realizada em parcelas anuais, entre 15 de setembro de 2012 e de 2015. As debêntures tem remuneração de 112,50% do CDI.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Distribuição de dividendos em valor superior ao mínimo legal caso, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) seja menor ou igual a 1,2 e/ou o resultado da divisão Dívida líquida/EBITDA, seja maior ou igual a 4;
- Redução do capital social da emissora após a data de emissão das debêntures, para um valor inferior a R\$ 100.000, sem que haja anuência prévia de no mínimo 2/3 (dois terços) dos titulares das debêntures em circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Em 05 de dezembro de 2012, foram emitidas 35.000 debêntures simples, da 3ª emissão, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com valor nominal total de emissão de R\$ 350.000, as quais são remuneradas por 105,60% do CDI.

A amortização do principal e os juros serão pagos em parcelas semestrais, entre 5 de junho de 2013 e 5 de dezembro de 2015.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuição de dividendos, pela companhia, em valor superior ao mínimo legal, caso o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) seja inferior a 1,20 ou o resultado da divisão dívida líquida/EBITDA, superior a 4.
- Redução do capital social da Companhia após a data de emissão para um valor inferior a R\$ 100.000, sem que haja anuência prévia de, no mínimo, 2/3 dos titulares das debêntures em circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

3. Em 26 de abril de 2013, foi realizada a 3ª emissão de notas promissórias comerciais, sendo 130 notas comerciais, série única, sem garantia, para distribuição pública restrita, sob o regime de garantia firme, com valor nominal total de R\$ 130.000 e juros remuneratórios de 104,4% do CDI, pagos semestralmente entre outubro de 2013 e abril de 2014.

Em 22 de abril de 2014, ocorreu o pagamento da totalidade das notas comerciais desta referida 3ª emissão.

4. Em 25 de outubro de 2013, foi realizada a 4ª emissão de notas promissórias comerciais, sendo 230 notas comerciais, série única, com valor nominal total de R\$ 230.000, e com vencimento de juros e principal em 23 de abril de 2014. Os juros são de 104,90% do CDI.

Em 22 de abril de 2014, ocorreu o pagamento da totalidade destas notas comerciais.

5. Em 17 de abril de 2014, foi realizada a 5ª emissão de notas promissórias comerciais, sendo 82 notas comerciais, série única, com valor nominal total de R\$ 410.000, e com vencimento de juros e principal em 12 de abril de 2015 e remuneração de 104,75% do CDI. A emissão não conta com garantias.

6. Em 27 de outubro de 2014, foi realizada a 6ª emissão de notas promissórias comerciais, sendo 36 notas comerciais, série única, com valor nominal total de R\$ 180.000, e com vencimento de juros e principal em 25 de abril de 2015 e remuneração de 104,90% do CDI. A emissão não conta com garantias.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Fornecedores

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	27.850	24.442
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	154	88
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>14.888</u>	<u>16.430</u>
	<u>42.892</u>	<u>40.960</u>

(a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

15. Obrigações fiscais

a. Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais – a recolher

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
IRPJ e CSLL	9.040	17.340
ISS a recolher	6.456	6.332
PIS e COFINS	3.914	3.692
PIS, COFINS e CSLL retidos	1.468	1.537
Outros	<u>1.714</u>	<u>998</u>
	<u>22.592</u>	<u>29.899</u>
Circulante	<u>22.554</u>	<u>29.899</u>
Não Circulante	<u>38</u>	<u>-</u>

b. Obrigações fiscais – parceladas

	<u>2013</u>		<u>2014</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Provisão de juros</u>	<u>Realização (a)</u>	<u>Transferências</u>	<u>Total</u>
Parcelamento Lei nº. 11.941/09					
Circulante	4.163	-	(9.516)	7.314	1.961
Não Circulante	<u>20.471</u>	<u>1.423</u>	<u>(14.580)</u>	<u>(7.314)</u>	<u>-</u>
Total	<u>24.634</u>	<u>1.423</u>	<u>(24.096)</u>	<u>-</u>	<u>1.961</u>

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2012		2013		
	Saldo inicial	Provisão de juros	Realização	Transferências	Total
Parcelamento Lei nº. 11.941/09 (a)					
Circulante	3.939	218	(4.107)	4.113	4.163
Não Circulante	23.306	1.278	-	(4.113)	20.471
Total	27.245	1.496	(4.107)	-	24.634

- (a) Em outubro de 2014, o valor de R\$ 14.580, relativo a impostos parcelados através da Lei nº 11.941/09 foi objeto de quitação antecipada por meio da sistemática prevista no artigo 33 da Medida Provisória nº 651/14, posteriormente convertida na Lei nº 13.043/15, mediante utilização de saldos de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas próprios ou cedidos por outras pessoas jurídicas controladas pela mesma empresa controladora.

<u>Quantidade de parcelas</u>	<u>Valor da prestação básica mensal</u>
101	256

Com relação aos parcelamentos em aberto, não há:

- Parcelamentos sujeitos à liquidação com base na receita bruta e tampouco houve a amortização no período de parcelamentos sujeitos à liquidação com base neste critério;
- Utilização de créditos fiscais ou prejuízos fiscais para a compensação dos pagamentos dos parcelamentos;
- Bens arrolados ou outras garantias sobre os parcelamentos vinculados à Lei nº 11.941/09; e
- Nenhum risco associado e perda do regime especial de pagamento.

16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2013		2014			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Atualização monetária	Pagamento	Total
Não circulante						
Cíveis	6.068	5.125	(1.741)	1.169	(1.887)	8.734
Trabalhistas	31	431	(141)	61	-	382
Total	6.099	5.556	(1.882)	1.230	(1.887)	9.116

	2012		2013			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Atualização monetária	Pagamento	Total
Não circulante						
Movimento em 2013	9.779	3.253	(2.439)	1.395	(5.889)	6.099

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 1.963 e R\$ 180, respectivamente (R\$ 541 e R\$ 497, respectivamente em 2013).

A Companhia possui outras contingências passivas relativas a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2014	2013
Cíveis e administrativos	16.545	18.601
Trabalhistas e previdenciárias	530	496
Tributárias	12.913	12.011
	29.988	31.108

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 24.484 para os processos em andamento.

17. Provisão de manutenção

	2013		2014			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	44.394	7.582	4.504	(55.301)	44.058	45.237
Não circulante	121.151	53.310	16.741	-	(44.058)	147.144
	165.545	60.892	21.245	(55.301)	-	192.381

	2012		2013			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	54.667	7.193	4.230	(66.151)	44.455	44.394
Não circulante	99.562	49.880	16.164	-	(44.455)	121.151
	154.229	57.073	20.394	(66.151)	-	165.545

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 a 2014 são de 14,75% a.a., 12,34% a.a., 12,62% a.a., 8,20% a.a., 10,14% a.a., e 12,29% a.a., respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

18. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social subscrito é representado por 128.766.186 de ações, sendo 64.383.093 ordinárias e 64.383.093 preferenciais, sem valor nominal.

Em 24 de abril de 2014, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 16.776, o qual é composto da seguinte forma: R\$ 11.320 mediante capitalização de Reserva Legal, e R\$ 5.456 mediante capitalização de Reserva de Retenção de Lucros sem a emissão de ações, passando o capital social da Companhia de R\$ 360.918 para R\$ 377.694, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, sem emissão de novas ações.

b. Reservas de lucros

- *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva estatutária*

É constituída à razão de 0,5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Estatuto da Companhia, até o limite de 10% do capital social.

- *Reserva de retenção de lucros*

Em 31 de dezembro de 2014, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração (CAD) e recomendado pelo Conselho de Administração, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2015.

A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos do contrato de concessão.

c. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 28 de abril de 2014, foi aprovado em Ata da Reunião do Conselho de Administração, o pagamento, pela Companhia, de dividendos intermediários, relativos à conta de parte do saldo da Reserva de Retenção de Lucros, a partir de 29 de abril de 2013, no montante de R\$ 12.876, correspondente a R\$ 0,10 por ação (dez centavos).

Em 28 de outubro de 2014, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, a Companhia distribuiu dividendos intermediários no valor de R\$ 171.229, correspondente a R\$ 1,3297608 por ação, à conta de: (a) parte dos lucros apurados no exercício compreendido entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2014; e (b) parte do saldo da Reserva de Retenção de Lucros existente em 31 de dezembro de 2013.

Os dividendos foram calculados conforme se segue:

Lucro líquido do exercício	213.344
(-) Constituição de reserva legal	(10.667)
(-) Constituição de reserva estatutária	<u>(1.067)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>201.610</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% sobre o lucro líquido ajustado	50.403
Dividendos intermediários pagos	<u>149.389</u>

d. Juros sobre capital

Em 22 de dezembro de 2014, foi aprovado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 7.000, relativo ao lucro do exercício que serão pagos até 31 de dezembro de 2015.

e. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

Segue abaixo, o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Numerador		
Lucro líquido disponível	213.344	226.400
Denominador		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	128.766.186	128.766.186
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$	1,6568	1,7582
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em R\$	1,6568	1,7582

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Receitas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas de pedágio	1.150.439	1.113.905
Receitas de contrato de construção	214.413	175.962
Receitas acessórias	<u>24.410</u>	<u>30.063</u>
Receita bruta	1.389.262	1.319.930
Impostos sobre receitas	(101.865)	(99.554)
Devoluções e abatimentos	<u>(164)</u>	<u>457</u>
Deduções da receita bruta	(102.029)	(99.097)
Receita líquida	<u>1.287.233</u>	<u>1.220.833</u>

20. Resultado financeiro

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e notas promissórias	(96.740)	(70.237)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(21.245)	(20.394)
Juros sobre impostos parcelados	(1.423)	(1.496)
Capitalização de custos dos empréstimos	19.456	9.414
Juros e variações monetárias sobre mútuo e cessão de crédito	(489)	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	<u>(1.780)</u>	<u>(2.132)</u>
	<u>(102.221)</u>	<u>(84.845)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	5.982	5.360
Juros e outras receitas financeiras	<u>753</u>	<u>1.351</u>
	<u>6.735</u>	<u>6.711</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(95.486)</u>	<u>(78.134)</u>

21. Instrumentos financeiros

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros por categoria

	2014			2013		
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	11.982	-	-	42.015	-	-
Contas a receber	-	9.190	-	-	12.039	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	67.809	-	-	59.741	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(862)	-	-	(1.377)
Debêntures e notas promissórias (a)	-	-	(890.086)	-	-	(891.582)
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	(2)	-	-	(501)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(52.236)	-	-	(49.463)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(28.962)	-	-	(27.442)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(35.031)	-	-	-
Total	11.982	76.999	(1.007.179)	42.015	71.780	(970.365)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Contas a receber e contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** – Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações;
- **Financiamentos e arrendamento mercantil financeiro** – Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos.
- **Debêntures e notas promissórias** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2014		2013	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures e notas promissórias	890.343	892.876	892.115	897.603

(a) Valores brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “hierarquia de valor justo”, abaixo.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Aplicações financeiras	11.982	42.015

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2015 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ ⁽³⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2015	146.068	(15.299)	(19.101)	(22.894)
Debêntures	Aumento do CDI	Dezembro de 2015	117.675	(13.215)	(16.513)	(19.809)
Notas Promissórias	Aumento do CDI	Abril de 2015	626.600	(20.568)	(25.473)	(30.291)
				<u>(49.082)</u>	<u>(61.087)</u>	<u>(72.994)</u>

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	11,57%	14,46%	17,36%
--------------------	--------	--------	--------

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:
Nos itens (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:
- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2014, divulgada pela CETIP;
- (3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2014, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

22. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2014, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia foram resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade civil – R\$ 16.480;
- Riscos de engenharia – conservação e manutenção – R\$ 20.000;
- Riscos de engenharia – ampliação e melhoramentos – R\$ 97.932;
- Riscos patrimoniais / operacionais – R\$ 55.000;
- Perda de receita – R\$ 106.941; e
- Veículos: cobertura para danos materiais de R\$ 121.000 (R\$ 500 por veículos), sendo: R\$ 24.200 (R\$ 100 por veículo) para danos morais.

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$ 41.229, cobrindo riscos das obrigações previstas no contrato de concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

23. Plano de Previdência Privada (contribuição definida)

Os montantes reconhecidos como despesas nos exercícios de 2014 e 2013, relativos ao plano de previdência privada (contribuição definida) estão demonstrados abaixo:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Plano de previdência privada (contribuição definida)	474	367

24. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu o compromisso de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação e alargamento das rodovias, a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 2014 esses compromissos estavam estimados em R\$ 375.931 (R\$ 450.921 em 2013) e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estes investimentos se destinam a melhorias na infraestrutura para que a mesma possa comportar o provável aumento do tráfego futuro e, conseqüentemente, gerar receitas adicionais para a concessionária.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

25. Demonstrações dos fluxos de caixa

Abaixo demonstramos os efeitos de transações que afetaram o caixa devido aos pagamentos ocorridos e as transações que não afetaram o caixa pelas compras a prazo; cujos ajustes foram efetuados nas demonstrações dos fluxos e caixa dos exercícios de 2014 e 2013:

	2014	2013
Fornecedores	11.281	25.907
Fornecedores - partes relacionadas	(3.031)	(1.689)
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social	14.580	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	22.830	24.218
Adições ao ativo intangível	(8.250)	(24.218)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(8.250)	(24.218)
Mútuos com partes relacionadas - captações	(14.580)	-
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	(14.580)	-

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho da Administração

Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro

Composição da Diretoria

Ascendino da Silva Mendes	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
João Daniel Marques da Silva	Diretor Operacional

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.
CNPJ Nº 00.861.626/0001-92
NIRE 35.300.143.19-1
COMPANHIA ABERTA

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Srs. Acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 25, §1º, inciso IV, da IN CVM 480, apresentamos a V. Sas. para análise e posterior aprovação na Assembleia, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2015, no valor de R\$ 184.698.000,00 (cento e oitenta e quatro milhões, seiscentos e noventa e oito mil reais), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2015.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 184.698.000,00

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da
Companhia em 2015 R\$ 184.698.000,00

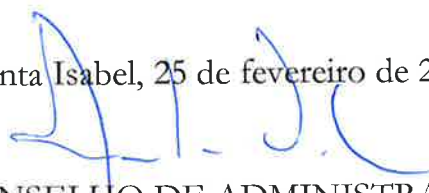
Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2014 R\$ 45.221.442,03

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros R\$ 139.476.557,97



Santa Isabel, 25 de fevereiro de 2015.


CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Renato Alves Vale
Presidente



DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 25 de fevereiro de 2015 e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Santa Isabel, 25 de fevereiro de 2015.



Sr. ASCENDINO DA SILVA MENDES
Diretor Presidente e de Relação com Investidores



Sr. JOÃO DANIEL MARQUES DA SILVA
Diretor de Operacional